

Tendências/Debates

Os artigos publicados com assinatura não traduzem necessariamente a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Democracia entre o sonho e a viabilidade

JOÃO GILBERTO LUCAS COELHO

A possibilidade de termos uma nova Constituição e o fato de muitos interesses já se curvarem a ela, aumentando a probabilidade de vir a ser promulgada e aceita, recolocam concretamente a questão da democracia.

É possível o Brasil ser democrático? Chegaremos a um patamar mínimo de relações institucionais e sociais democratizadas, a um "estado de direito", como a própria Constituição fala?

Em primeiro lugar, existem condições complexas e amplas no tecido social. Somos, ainda, mais de uma sociedade, muito diferentes e com relações e contradições entre classes internamente em cada uma delas. Não conseguimos o saldo do corporativismo para uma visão de coletividade, e de interesses nacionais e populares superiores às demandas setoriais. E temos um dos maiores bolsões de miséria do mundo, ao lado de uma modernizada fração da sociedade e da economia.

São características muito próprias do Brasil, as que nos têm levado a conviver com tudo isso sem brutais rompimentos. Um país típico da Europa, não sobreviveria por muito tempo com a desigualdade existente no nosso; ou cairia num processo revolucionário ou em experiências do tipo fascista, rapidamente.

Um processo democratizante que tenha um projeto de futuro tem que agir social e economicamente contra a desigualdade, ou não terá sobrevivência. No discurso é fácil aceitar isto. Na prática, qualquer pequena tentativa de desconcentrar renda ou aumentar o mercado consumidor — o Plano Cruzado, por exemplo — é logo torpedeada de forma violenta; e, por aqui, resistem tenazmente a novos direitos ou garantias dos mais fracos. As elites brasileiras são classes dominantes e selvagens, nada têm de dirigentes; brigam por um centavo atual, sem nenhuma visão do longo ou do médio prazo. Sequer são capazes de praticar a retórica do ceder os anéis para não entregar os dedos ou de reduzir a miséria para dormir sem sobressalto.

Existem outros dados que necessitam de um exame.

Um deles é a diferença das "regras" para o "jogo" em si mesmo. Instituições democráticas necessitam de que todos aceitem as regras previamente e depois pratiquem, com toda a energia, a disputa do poder. Por aqui, esquerda e direita insistem em só aceitar as regras no momento em que lhe sejam favoráveis e, ao invés de adaptar táticas e interesses a elas, a



primeira coisa que tentam é alterá-las durante o jogo.

Outro, talvez até decorrente, é haver um processo decisório respeitado. Fala-se muito em leis que não pegam, mas, não são só elas. Está na cultura social, política e econômica do país, não aceitar decisões, normas e regulamentos. Lembrar que uma lei de 1831 determinava livres todos os escravos a partir de então chegados ao Brasil e isto não aconteceu na prática, não é diferente do que observar que o governo age contra o que o Congresso decide, ou que julgamentos do Judiciário, na sua competência, são contrariados por jeitinhos da administração.

Ficou conhecida a façanha de um ministro de Estado, em outro governo, que inviabilizou o fundamental de uma decisão congressual — em emenda à Constituição — sobre reforma tributária, simplesmente deslocando, por ato administrativo, alíquotas e cláusulas de um imposto para outro e evitando sua transferência aos Estados e municípios. Em outro país valeria, essencialmente, o que estava na vontade do poder que decidiu — o constituinte derivado; por aqui valeu a esperteza do funcionário governamental.

Ainda agora, o governo insiste em tomar medidas contrárias à vontade conhecida da Constituinte e afirmada nas votações. Isto é, não se submete ao poder político, não o reconhece na prática.

O mesmo acontece com grandes julgamentos em tribunais que acabam não sendo cumpridos, especialmente pela administração pública, através de manobras.

Nos próprios corpos legislativos, quantas vezes vale mais o expediente, o adjetivo, a alteração de uma regra formal, do que o conteúdo de uma decisão adotada pela maioria habilitada para tal!

Para termos instituições democráticas será necessário respeitar a competência de cada poder — Legislativo, Executivo, Judiciário — e haver um processo decisório não contestável por insubordinadas espartezas.

Num país com tais condições, é muito perigoso o que está acontecendo agora: a destruição total e desorganizada do papel estatal. Antes, fortaleceu-se o Estado, mas foi privatizado na sua essência e nos resultados. Agora, ele é desmontado, desmoralizado. Sem ele, sobrar a selvageria nas relações entre classes e nenhuma perspectiva de plano de desenvolvimento realizável. Até instituições que funcionavam bem, são arrasadas como as que estariam viciadas ou distorcidas. Desta sucata não conseguiremos erguer o futuro.

A democratização de uma sociedade enfrenta desafios conhecidos: a igualdade entre os cidadãos, a boa saúde das instituições, a aceitação geral de regras básicas e os mecanismos de representação sendo re-

almente veículos do exercício do poder pelo povo. Resolver estas questões, entre nós, tem sido difícil. O texto da nova Constituição sinaliza saudavelmente na sua direção. A realização prática é que sobra como interrogação.

Vozes que resistem a qualquer avanço, ameaçam: a Constituição será outra lei que não vai "pegar". Desdenham o sonho e as intenções, do 'vir a ser' que está presente no seu texto. Se tal acontecer, o que não terá "pegado" neste país? A própria democracia!

As resistências concretas à descentralização, ao equilíbrio entre os poderes, à devolução da decisão política ao Congresso, às novas formas participativas e ao fim de institutos excepcionais como o decurso de prazo e o decreto-lei, que estão no fundamento das manobras governamentais sobre a Constituinte, expõe uma realidade: o poder, ainda constituído em bases autoritárias, não aceita a democratização das regras. Portanto, não efetuamos ainda uma "transição". Para começar uma construção democrática teremos de passar pelo teste da promulgação para valer da nova ordem constitucional. E isto será apenas um primeiro passo.

JOÃO GILBERTO LUCAS COELHO, 42, membro do PSDB, foi deputado federal (PMDB-RS) e presidente da Fundação Pedrosa Horta. É diretor do Centro de Estudos e Acompanhamento da Constituinte da Universidade de Brasília (UnB).